

RAÍZES DA INSTABILIDADE

MAILSON DA NÓBREGA

Passada a festa democrática, é preciso refletir sobre a dura realidade brasileira. O afastamento de Collor não significa o fim das nossas mazelas, a maior delas a inflação. Dois problemas básicos continuarão: o desequilíbrio macroeconômico e a ineficiência decisória do Congresso, raízes da nossa instabilidade.

O desequilíbrio macroeconômico é o reflexo da crise fiscal. Esta resulta de longos anos do primitivismo institucional nas finanças públicas, dos efeitos da crise da dívida externa e da Constituição de 1988.

Tal primitivismo nos conduziu, via multiplicidade de orçamentos, ao desconhecimento da realidade orçamentária pela classe política e à incontinência no gasto público. A incapacidade de pagar a dívida externa levou o Tesouro Nacional a substituir os devedores privados e daí ao aumento da dívida interna. Os constituintes de 1988, pensando em descentralização, inviabilizaram financeiramente a União.

A permissividade da legislação eleitoral, o voto proporcional, a indisciplina partidária e o excesso de representação da maioria dos Estados geraram um sistema político exageradamente fragmentado. É virtualmente impossível a hegemonia de um partido ou a formação de coalizões duradouras. Resultado: um poder anormal das minorias. O Congresso não tem capacidade de deliberar sobre questões que contrariem grupos de interesses encastelados na burocracia, nos cartórios empresariais e nos Estados e municípios.

Estamos num círculo vicioso. É difícil estabilizar a moeda e voltar a crescer. O insucesso



Mailson da Nóbrega

Arquivo/AE

agrava as condições de governabilidade. Estas inibem a aprovação das reformas estruturais necessárias à estabilização e ao crescimento. A presidência plebiscitária é uma maneira

intuitiva de tentar vencer esse drama. Um presidente com legitimidade pode conseguir decisões no início de seu mandato. Se as toma equivocadamente, entra rapidamente em declínio político. Se, além disso, trai elementares princípios éticos, como Collor, provoca uma tragédia.

O regime militar resolveu o problema de como tomar decisões. Mostrou, entretanto, que a democracia é o melhor regime para lidar com os conflitos de uma sociedade complexa. Provou a diferença entre decidir autoritariamente e deliberar pela via dos representantes legítimos da população. Não basta decidir. É preciso fazê-lo eficientemente, continuamente e sob aceitação social. A redemocratização revelou que não basta eliminar o autoritarismo decisório. É preciso manter a capacidade de deliberar num regime politicamente aberto.

O governo de Itamar renova expectativas positivas e nos chega após o alívio pelo fim da impunidade no mais alto escalão da República. Grande parcela da sociedade espera que ele opere o milagre de restabelecer o crescimento. O ideal seria que aproveitasse o justificado clima de esperança e tentasse liderar um amplo entendimento para aprovar reformas políticas e econômicas que reduzam substancialmente o teor dos problemas aqui assinalados. Se enveredar por caminhos que os desequilíbrios básicos da economia tornam inviáveis, pode estar preparando o seu insucesso e provocar nova frustração.